

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.782 - RS (2015/0039386-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : MARCELO MONTEIRO NAMEM**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **MARCELO MONTEIRO NAMEM**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"JÚRI. DECISÃO CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. INEXISTENTE. INTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA. PUNIÇÃO APLICADA DE FORMA ADEQUADA. CONFIRMADA.

I- Como é do conhecimento geral, os jurados julgam por íntima convicção, podendo, desta forma, utilizar quaisquer provas contidas nos autos, esteja ela na fase inquisitorial ou judicial.

Mesmo aquelas que não sejam as mais verossímeis. O Júri é livre na escolha da solução que lhe pareça justa, ainda que não seja a melhor sob a ótica técnico-jurídica. Só se pode falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando o conjunto probatório não trouxer nenhum elemento a embasar a tese aceita no julgamento, sendo ela aberrante e divorciada daquele (conjunto probatório). A situação citada acima está amparada pela Constituição Federal em seu artigo 50, XXXVIII, letra c, e não pode a Câmara usurpar desta competência, anulando soberana decisão do Conselho de Sentença, quando não tiver amparada na hipótese referida. Não é o caso dos autos, motivo pelo qual é mantida a decisão condenatória.

II - Diante da enorme carga de subjetivismo na aplicação da pena-base e acréscimos ou reduções face às agravantes e atenuantes, deve-se, tanto quanto possível, aceitar aquela fixada na sentença.

A alteração só deve acontecer, quando se verificar grave erro na fixação da punição. Deve-se sempre ter em mente o que estipula o artigo 59 do Código Penal em seu final: 'estabelecerá conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.' Este deve ser o limite na aplicação da reprimenda, razão pela qual se mantém a punição fixada.

DECISÃO: Apelos defensivo e acusatório desprovidos. Unânime." (e-STJ fl. 734)

Aponta o recorrente contrariedade ao art. 593, inciso III, alíneas a, c e d, do CPP e art. 59 do CP.

Sustenta que o Conselho de Sentença proferiu julgamento *extra petita*, uma vez que o Ministério Público teria requerido a absolvição do recorrente, e mesmo assim o Conselho de Sentença decidiu pela condenação.

Salienta que a defesa técnica, diante do pedido favorável da acusação, usou apenas 04 minutos do tempo facultado no debate, o que anularia o processo, dado ser o direito de defesa indispensável e irrenunciável, em relação a que anota dissídio jurisprudencial correspondente.

Contrarrazões às fls. 786-794 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 849-858).

**É o relatório.**

Decido.

Inicialmente, convém registrar a seguinte passagem do acórdão recorrido, no que pertinente ao deslinde da controvérsia:

"Depreende-se da leitura dos autos que, durante a realização do julgamento, após examinar todo o feito em plenário, a agente ministerial postulou a absolvição do acusado. Com a palavra a Defensoria Pública, manifestou-se em apenas quatro minutos. Segundo consta, a Dra. Defensora entendeu desnecessária a realização dos debates orais em favor do acusado em razão pedido ministerial.

Após votação, o Conselho de Sentença acabou por condenar Marcelo como incurso nas sanções do artigo 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal, sendo-lhe aplicada pena de 15 (quinze) anos de reclusão.

Diferentemente do alegado pelas partes, não se vislumbra a ocorrência de ausência de defesa no caso em análise.

Registre-se que o uso de pouco tempo reservado aos debates em plenário, não constitui ausência de defesa, causadora de nulidade absoluta, podendo ser eventualmente considerada defesa precária, situação que não causa nulidade do feito. No caso, a própria defensora que atuou em plenário, recorre sob o fundamento da ausência de defesa, munus que foi desempenhado por ela, e, portanto, nulidade que teria dado causa diretamente, não podendo alegá-la em seu favor.

A agente ministerial, em momento anterior ao pedido de absolvição, examinou perante os jurados todas as provas constantes nos autos, sendo sucedida pela manifestação da defesa, que optou em ratificar o pedido do Ministério Público, sabendo da possibilidade de decisão contrária ao pedido ministerial, dada a soberania dos jurados.

Destaca-se que na ocasião, foi observada a soberania do Conselho de Sentença, ao qual foram expostas as provas produzidas no feito, tendo os jurados ponderado e tomado sua decisão, a qual não está adstrita aos pedidos da acusação e defesa realizados em plenário.

Diante disso, ao contrário do que alegam as partes, houve defesa, não obstante tenha sido realizada de maneira breve e sintética. (e-STJ, fls. 736-737)

Como se vê, restou assentando pelo Tribunal local que a defesa preferiu ratificar o pedido absolutório formulado pela acusação, em vez de usar todo o tempo disponível no período destinado aos debates no Tribunal do Júri; concluindo pela

preservação da garantia da soberania dos veredictos, albergada no art. 5º, XXXVIII, "c", da Constituição Federal.

Desse modo, o provimento do recurso especial demandaria o exame de matéria constitucional, vedada neste âmbito, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

No ponto:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS E A PRINCÍPIOS DE EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL. VIA INADEQUADA. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO PRETÓRIO STF. EMBARGOS REJEITADOS.

I - "Segundo esta Corte Superior, a violação às normas inseridas na Constituição Federal não pode ser analisada no âmbito do apelo nobre pois, consoante farta jurisprudência deste Sodalício, não é possível apreciar malferição a dispositivos da Carta Magna Constitucional, em sede de recurso especial, porquanto a análise da referida matéria por este Superior Tribunal de Justiça importaria em verdadeira usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes." (AgRg no AREsp n. 806.274/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 28/6/2018, grifei).

(...)"

(EDcl no AgRg no AREsp 1.478.975/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 16 DA LEI N. 10.826/2003. ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. OMISSÃO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O acórdão não possui a omissão ou falta de fundamentação apontadas. O decisum considerou a circunstância de que se tratava de munições de uso proibido ou restrito, mas que, não obstante, diante da pequena quantidade, qual seja, 7 (sete) munições, desacompanhadas de qualquer arma de fogo, entendeu ser atípica a conduta, pela aplicação do princípio da insignificância, com base em precedentes desta Corte.

2. Na via do recurso especial é descabida a apreciação de matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento.

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp 1.452.104/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2019, DJe 14/10/2019)

Por fim, no concernente ao dissídio jurisprudencial, verifica-se que os paradigmas colacionados não versam sobre a tese que se pretende acolhida no recurso especial, qual seja, a incompatibilidade entre a pena acessória de perda do cargo público e a fixação de pena substitutiva, inviabilizando o conhecimento do apelo nobre também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

No ponto:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TORTURA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. MALTRATO AO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. NULIDADES (OFENSA AOS ARTS. 400 E 402 DO CPP). AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ARTS. 563 DO CPP E SÚMULA 523 DO STF. INTENSO SOFRIMENTO DA VÍTIMA. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE DO ART. POLICIAIS MILITARES. INCIDÊNCIA DO ART. 1º, § 4º, I, DA LEI 9.455/1997. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 8. Os motivos declinados impedem a análise da insurgência pela divergência jurisprudencial, não se divisando, ademais, a identidade de bases fáticas entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados. 9. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1.524.249/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA C. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA NOS MOLDES REGIMENTAIS. PRESCRIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.

1. A divergência jurisprudencial, fundamentada na alínea c do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas, sem a realização do necessário cotejo analítico, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações. Precedentes.

2. No caso, o recorrente não comprovou a existência de dissídio jurisprudencial, uma vez que não realizou o devido cotejo analítico

entre os acórdãos ditos divergentes, além de não ter comprovado a similitude fática e jurídica entre os arestos colacionados. Consequentemente, o recurso não comporta admissibilidade.

3. Ainda que fosse possível superar o óbice verificado, a pretensão recursal - prescrição do crime - não merece acolhida, uma vez que entre os marcos interruptivos não transcorreu o lapso prescricional.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 463.262/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 01/12/2014)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator